



POR UMA RESPOSTA SOCIAL E DE ESQUERDA À CRISE

Programa Eleitoral Autárquico

SINTRA

SETEMBRO DE 2013

Índice

<i>Por uma resposta social e de esquerda à crise</i>	3
I. População, Território e Mobilidade	4
1.1 <i>População: o segundo concelho do País</i>	4
1.2 <i>Reduzir o betão, reabilitar o património, revitalizar o espaço urbano</i>	5
1.3 <i>Direito à mobilidade, direito a viver</i>	10
II. Sintra Social e Solidária	13
2.1 <i>Sintra Social</i>	13
2.2 <i>Sintra de todas as cores</i>	15
2.3 <i>Trabalho com direitos</i>	16
2.4 <i>Educação: por uma escola democrática, de e para todos e todas</i>	17
2.5 <i>Saúde</i>	21
2.6 <i>Segurança – um direito de cidadania</i>	23
2.7 <i>Direitos dos animais</i>	25
III. Desporto, cultura e turismo	26
3.1 <i>Desporto: a paisagem saudável</i>	26
3.2 <i>Cultura: Dar mais vida ao Município</i>	27
3.3. <i>Turismo: transformar a vida defendendo paisagens</i>	29
IV. Participação e Transparência	32
4.1 <i>Sintra pelas nossas mãos</i>	32
4.2 <i>Contra os interesses instalados, mais transparência</i>	33
4.3 <i>Empresas Municipais ou a privatização dos dinheiros públicos</i>	34
Candidat@s do Bloco no Concelho de Sintra	36

Por uma resposta social e de esquerda à crise

As eleições autárquicas acontecem num contexto de profunda crise social, agravada pelas políticas de austeridade, impostas pela Troika e pelo Governo PSD/CDS-PP, traduzidas em cortes nos salários, pensões e apoios sociais, no aumento brutal de impostos e na redução forçada dos custos do trabalho.

O Bloco de Esquerda (BE) de Sintra defende o desenvolvimento de um projecto que dê prioridade à valorização estratégica dos recursos locais, em que se incluem as actividades produtivas, sociais e culturais, promovidas pela Autarquia e pelos agentes económicos, sociais e culturais sintrensenses.

Neste contexto, as candidaturas do Bloco aos órgãos autárquicos de Sintra assumem como prioritárias as questões relativas à situação social do Concelho, ao mesmo tempo que se empenharão na construção de propostas para os problemas do ordenamento do território, ambiente e mobilidade, educação, cultura, participação e transparência.

Estes são os eixos estruturantes deste programa, construído com base na experiência de mais de uma década de trabalho autárquico e enriquecido com os contactos estabelecidos com a população, Comissões de Moradores, Associações de índole diversa: Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS's) e Organizações Não Governamentais (ONG's), entre outras.

Estivemos na primeira linha de defesa da autonomia do poder local e da participação das populações na tomada de decisões. Em nome deste princípio, exigiremos a reabertura do processo de reordenamento do mapa autárquico, condicionando a criação de novas freguesias à auscultação das populações, em referendo.

Em nome de uma cidadania plena e da transparência, as candidaturas do Bloco de Esquerda estarão empenhadas na dignificação das autarquias locais, pelo reforço da prestação de contas dos órgãos executivos tanto a representantes da oposição como a eleitores e eleitoras, defendendo rigor nos gastos e na administração do bem público, a clarificação de todos os indícios de mau uso de recurso a públicos.

I. População, Território e Mobilidade

1.1 População: o segundo concelho do País

Os resultados do Censos 2011 confirmaram o Concelho de Sintra como o segundo mais populoso do país, com 377 249 habitantes, observando-se um aumento de 3,71% em relação a 2001.

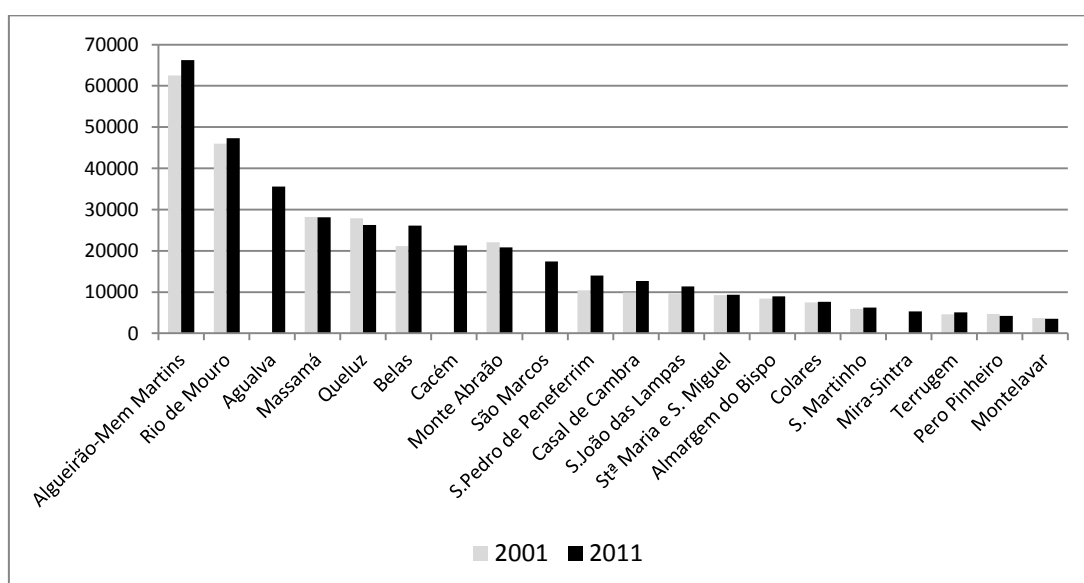
Este crescimento moderado contrasta com os 39,3% registados no período 1991-2001 e contrariou previsões como as do Plano de Desenvolvimento Estratégico – Sintra 2015, que referia valores próximos dos 500 000 habitantes em 2015.

Dos dados do censos 2011 sobressaem algumas variações territoriais:

- Quebra de crescimento em cinco freguesias: Pero Pinheiro (-11%); Monte Abraão (-6%); Queluz (-6%); Montelavar (-2%) e Massamá (-0,2%);
- Aumento igual ou superior a 10% em três freguesias: Terrugem (10%); S. João das Lampas (15%) e Belas (19%);
- Aumento superior a 20% em duas freguesias: Casal de Cambra (22%) e S. Pedro de Penaferrim (25%);

As freguesias do corredor urbano Queluz/Portela, que se distribuem ao longo da linha ferroviária de Sintra e dos eixos rodoviários IC19/A16, continuam a concentrar a parte mais significativa da população residente no concelho em apenas 14% do seu território, ou seja, em 44 km².

Evolução da População residente (2001 – 2011)



A quebra verificada em três das freguesias mais importantes deste corredor urbano é o primeiro sinal, ao fim de muitos anos, de que o modelo de ocupação do território que está na base desta expansão - predador do equilíbrio sócio-ambiental - atingiu o limite.

Os sinais de desqualificação urbana que lhe estão associados reflectem-se nas situações de insegurança pública, que atingem faixas cada vez mais significativas da população, com reflexos negativos no seu bem-estar e qualidade de vida.

A estrutura etária do concelho é das mais jovens na Área da Grande Lisboa (AGL). Este potencial humano local não tem sido objecto da devida atenção por parte de quem tem dirigido os destinos do concelho e deve, na opinião do BE ser enquadrado através de iniciativas locais que visem fixá-lo no concelho, quer em termos profissionais, quer escolares, contribuindo, em simultâneo, para reduzir os movimentos pendulares para o exterior do concelho.

A população que habita o concelho tem raízes em todo o país, destacando-se também uma comunidade migrante de dimensões significativas, nomeadamente com vastas comunidades originárias dos PALOP e do Brasil.

A maior riqueza do Concelho de Sintra é o potencial humano de quem o habita, devendo a autarquia promover todas as iniciativas que visem fixar esta população, quer em termos profissionais, quer escolares, contribuindo, em simultâneo, para reduzir os movimentos pendulares na Área Metropolitana.

1.2 Reduzir o betão, reabilitar o património, revitalizar o espaço urbano

A crise que se abriu com o reventamento da bolha imobiliária, em 2007, acentuou uma tendência de redução da construção e do licenciamento que já se vinha sentindo no concelho. Esta realidade não evitou, no entanto, a manutenção da pressão sobre os espaços urbanos, rede ecológica e agrícola, com o aparecimento de condomínios em zonas privilegiadas e o pedido de loteamento de terrenos urbanos ainda desocupados. Por outro lado, as iniciativas de reabilitação urbana são ainda pontuais, verificando-se a substituição de pequenos prédios urbanos, vivendas e quintarolas, por novos edifícios, que ganham em volumetria e perdem em encanto, contribuindo para destruição da paisagem e da memória colectiva.

Embora a Maioria que governou Sintra na última década se tente afastar da política de betonização do concelho consagrada no Plano Director de 1998, a verdade é que não tomou medidas para preservação e protecção do território e seus recursos, deixando para o fim do mandato aquela que era uma das suas primeiras promessas: rever o PDM para estancar o betão. A abertura da revisão do Plano, em fins de 2012, teria sido uma boa notícia se não tivesse chegado tão tarde.

A revisão do Plano Director, que o Bloco de Esquerda de Sintra exige desde 2001, será o primeiro desafio do novo mandato autárquico. Será um momento por excelência para fazer escolhas para o futuro do concelho. Escolhas técnicas mas também escolhas políticas, feitas do diálogo entre autarcas e cidadãos, que orientam e condicionam as primeiras.

O Bloco defende uma mudança radical nos princípios do actual Plano, com rejeição do modelo de expansão e especulação em vigor e sua substituição por um modelo que valorize o ordenamento sustentável do território, a protecção do património natural e edificado e a eco-cidadania.

Ao crescimento urbano e à destruição dos espaços verdes respondemos com uma política urbana responsável e planeada, orientada pela valorização dos espaços naturais e a requalificação urbana em detrimento do aumento da construção. Esta política urbana de futuro passa pela participação das populações na definição das suas necessidades e não na contínua subjugação aos interesses especulativos imobiliários que já espreitam outras áreas do nosso concelho, apesar da crise que se vive no país e em particular no sector da construção civil.

Assim, o Bloco de Esquerda propõe:

- **Fim dos direitos adquiridos**, com revogação de alvarás para construção, caducados, como forma de inverter de vez o ciclo do betão;
- **Criação de corredores verdes** ente as cidades de Queluz e Agualva-Cacém, Agualva-Cacém e Rio de Mouro, Rio de Mouro e Algueirão-Mem Martins e entre este e Sintra;
- **Proibição de novos loteamentos ou urbanizações** no corredor urbano que inclui as freguesias de Queluz /Belas, Massamá/Massamá Monte Abraão,

Aigualva/Mira Sintra, Cacém/São Marcos, Rio de Mouro, Algueirão-Mem Martins e Sintra;

- **Política de construção controlada nas restantes freguesias**, no respeito pelos perímetros urbanos, pelo enquadramento paisagístico, pela arquitectura tradicional saloia que ainda sobrevive nalgumas aldeias, pelos eco-sistemas e pela Rede Ecológica Nacional (REN) e pela Rede Agrícola Nacional (RAN)
- **Diminuição da volumetria dos novos edifícios**, não permitindo que ultrapassem os dois pisos nas áreas rurais e os quatro pisos nas áreas urbanas, promovendo, também, a obrigatoriedade de construção de garagens.
- **Requalificação dos bairros sociais degradados, dos bairros das cooperativas de habitação económica** e acompanhamento dos realojamentos de modo a evitar novos guetos.
- **Conclusão do processo de legalização dos bairros de génese ilegal**, com a criação de medidas apertadas para evitar o aparecimento de novos aglomerados sem licenciamento e sem infra-estruturas.
- **Requalificação dos centros históricos**, monumentos e outros elementos de identidade das aldeias, vilas e cidades do concelho.
- Programa de **recuperação das casas devolutas**, com o seu lançamento no mercado de arrendamento e/ou venda a custos controlados, aumentando a taxa fiscal sobre as que permaneçam devolutas.
- **Programa de apoio à fixação de jovens nos centros históricos** requalificados, de modo a combater a desertificação, o que deve passar também por estimular e apoiar a criação de espaços culturais e de lazer.
- **Utilização de edifícios devolutos** para construção de estacionamento para moradores, preservando características arquitectónicas.
- **Promoção da construção de equipamentos livres de barreiras** arquitectónicas que permitam o acesso dos cidadãos portadores de deficiências, adaptando os equipamentos existentes para esse fim.
- **Conclusão do acesso à rede pública de água e esgotos** no concelho.
- **Melhoria da eficácia da recolha de lixo em todo o município**, com o reforço da política de separação na origem e o aumento do número de pontos de recolha selectiva, incluindo recipientes para pilhas e material electrónico.
- **Melhoria substancial da higiene urbana**, reforçando as equipas e equipamentos de limpeza.

- **Combater e controlar a proliferação de antenas retransmissoras**, prevenindo os efeitos das radiações electromagnéticas.
- Aposta séria e efectiva na **produção de energia proveniente de fontes renováveis**, bem como a sua utilização.
- **Preservação do Parque Natural de Sintra Cascais (PNSC)** com: controle da construção em toda a sua área, obrigando ao respeito da legislação em vigor, quer nacional quer a resultante de acordos internacionais; redução do fluxo automóvel, criando percursos pedestres, ciclovias e privilegiando o transporte colectivo, nomeadamente o eléctrico.
- **Preservação da Serra da Carregueira**, classificando-a como área para a conservação da natureza, proibindo loteamentos e urbanizações fora dos perímetros urbanos.
- **Criação de uma rede de parques urbanos** no corredor urbano do concelho, nomeadamente, a conclusão do parque central de Queluz até à Quinta do Senhor da Serra e do Parque Natural e cultural de Colaride, Parque das Antas do Monte Abraão em ligação com a Quinta do Senhor da Serra (propõe-se assim que o parque natural e cultural do Monte Abraão cubra toda a zona envolvente das Antas do Monte Abraão e da Estria, com túnel por baixo da CREL, de modo a fazer a ligação com a Anta da Pedra dos Mouros e igualmente a criação de um centro de Interpretação Dolménico), a recuperação da Quinta Nova em Queluz para uso público, a recuperação da Matinha de Queluz, da Mata do Cacém, da Mata de Fitares, e criação do parque da Tapada das Mercês-pinhal do Escouto, com extensão ao Algueirão Velho.
- Criação do **Parque Natural e Cultural da Ribeira de Carenque** na zona envolvente da barragem e aqueduto romano e começo do Aqueduto das Águas Livres, criando o núcleo museológico sob o tema da água, recuperando estes monumentos; a criação de um **Parque Temático em Carenque** com núcleo museológico sobre a evolução geológica da terra, envolvendo a pista de Pegadas de dinossáurios e a galeria coberta de Carenque (necrópole neolítica com cerca de cinco mil anos); a preservação real e integral da área natural dos Lapiás da Granja dos Serrões e de Negrais e da sua envolvente.
- **Preservação da área hortícola** de Almargem do Bispo, assim como das várzeas de Sintra e Colares, defendendo a região demarcado do vinho de Colares e a casta Ramisco como *ex-libris* da agricultura sintrense.

- **Preservação e revitalização das Quintas de Belas.**
- Criação de um conjunto de **apoios à agricultura biológica**, e ecologicamente sustentada, através da dinamização de um mercado biológico em Sintra e da criação de um **mercado itinerante** pelo concelho, bem como de apoios técnicos aos pequenos agricultores que adoptem estas técnicas.
- **Reforço da rede municipal de hortas urbanas e jardins** plantados pelos/as munícipes através de estruturas de acompanhamento técnico e de concursos.
- Criação de uma rede de **quintas pedagógicas** que caracterizem a vida agrícola do concelho.
- **Promoção da limpeza e protecção das ribeiras** e rios do concelho, acabando com a construção em leito de cheia e penalizando os responsáveis pelas descargas poluentes, apoiando a participação de grupos de cidadãos na sua monitorização e recuperação.
- Criação de um **Centro de interpretação do PNSC**, investindo na identificação adequada da flora, fauna e do património geológico, monumentos edificados, áreas de lazer e percursos pedonais, Investir também num programa de combate aos infestantes e de defesa da flora e fauna autóctones e em medidas de emergência para a preservação do património geológico, nomeadamente as pegadas de dinossáurios da Praia Grande, a Tholus da Praia das Maças e sua área envolvente.
- **Reivindicar junto da Administração Central a medidas para conservação da orla costeira**, com investimento na área da segurança das arribas e do lazer.
- **Ordenamento das zonas industriais**, pondo fim ao caos aqui reinante e às agressões ao ambiente.
- **Os parques industriais municipais a criar devem ser dotados de infra-estruturas que respeitem a legislação nacional e europeia**, nomeadamente no que diz respeito aos impactos ambientais, e devem procurar a fixação de empresas não poluentes e que assumam um compromisso social com o município de, no futuro, não deslocalizarem os seus serviços.
- **Combate às lixeiras, sucateiras e depósitos ilegais** que estão um pouco por todo o concelho, pondo em causa a saúde pública, a paisagem e o meio ambiente.

1.3 Direito à mobilidade, direito a viver

Todos os dias, milhares de pessoas se deslocam no interior e para fora do concelho para trabalhar ou estudar. No entanto, o crescimento urbano e demográfico, registado nas últimas décadas não foi acompanhado pelo crescimento sustentado na oferta de transporte colectivo nem de infra-estruturas que facilitem esta circulação.

Uma política que favoreça a mobilidade deve passar pela restrição da urbanização e pelo reforço e melhoria do transporte colectivo de modo a desincentivar a utilização do automóvel particular.

À Autarquia cumpre garantir a mobilidade enquanto direito de cidadania e imperativo ambiental, através de um correcto planeamento territorial e de um compromisso sólido com o desenvolvimento da rede de transportes públicos com preços acessíveis, que responda às necessidades da população e que seja alternativa ao transporte individual.

1.3.1 Por um serviço ferroviário público e de qualidade

O comboio é fundamental para a mobilidade no Concelho, estimando-se que sirva diariamente cerca de 200 mil utentes.

Nos últimos anos, na sequência de opções políticas governamentais contrárias ao interesse público assistiu-se ao aumento dos tarifários, redução da oferta e degradação dos serviços da CP, orientados por uma perspectiva economicista que não serve os interesses da população e pretende caminhar para a privatização, com todas as consequências negativas que se adivinham para os cidadãos utentes.

O Bloco de Esquerda continuará a bater-se pela manutenção da CP na esfera pública, pela conclusão da modernização da linha de Sintra, pela requalificação da linha do Oeste, pela melhoria do serviço de transporte de passageiros e pela afirmação do comboio como alternativa de transporte económica e ecológica.

1.3.2 As estradas e o estacionamento

Depois de dezenas de anos de espera, a A16 foi inaugurada nas vésperas das eleições de 2009. A pressa de concluir esta via atropelou o sossego das populações e deu origem a uma obra incompleta, que tem demonstrado vários erros de concepção.

Apesar de ser um eixo fundamental para o município, verifica-se que a sua utilização é diminuta. A explicação para este fenómeno reside, sem dúvida, na existência de portagens em vários troços. A intenção do governo em alargar a taxação a todas as auto-estradas, o que iria limitar o acesso circular de Sintra, levanta sérias ameaças à mobilidade no concelho e ameaça retirar automóveis desta estrada para os centros urbanos.

O Bloco de Esquerda não está de acordo com esta lógica, já que introduz um factor de desigualdade e deixa por resolver os problemas de mobilidade.

Sintra tem índices elevados de insegurança rodoviária. É um problema grave com elevados custos humanos e materiais, pelo que deve haver uma aposta séria na prevenção, nomeadamente através de campanhas específicas e pela adopção de medidas para diminuição dos riscos associados a alguns trajectos: introdução de guias sonoros, lombas, semáforos barreiras protectoras ou controlo da velocidade nas vias mais problemáticas.

A generalização do estacionamento pago no município, que causou grande polémica num passado recente, e à qual o Bloco de Esquerda se opôs, deixou a questão de fundo por resolver, passados todos estes anos.

Mais do que parquímetros, são necessárias alternativas e incentivos para que o automóvel privado deixe de ser a primeira opção. Nos casos em que a existência do parqueamento se justifica, como no centro histórico de Sintra, os lucros gerados devem reverter para a Câmara e não para privados, possibilitando o seu investimento na melhoria do estacionamento

1.3.3 A urgência de um Plano de Mobilidade

Nesta perspectiva, a mobilidade tem de ser encarada como um direito democrático dos cidadãos e cidadãs e uma pedra basilar na sustentabilidade ambiental de toda uma região. É este o ponto de partida do Bloco de Esquerda de Sintra para encontrarmos soluções de curto, médio e longo prazo, para o concelho, tais como:

- Criação de uma rede de percursos pedonais e de ciclovias, facilitadora da mobilidade suave.
- Existência de **Parques de estacionamento gratuito junto às estações da CP**, a utilizar pelos cidadãos portadores de título de transporte válido;
- Criação de um **bilhete intermodal** que, a preços sociais, possa servir para os transportes de diversas operadoras.
- Ampliação da **rede de mini-bus não poluentes**, disponíveis com maior incidência nas horas de ponta, ligando as várias cidades e vilas do município, e criação de uma rede de eléctricos rápidos que faça o transporte no interior das grandes cidades e vilas do município.
- Ampliação da oferta de **carruagens para transporte gratuito de bicicletas** nos comboios.
- **Alteração das coroas do passe social**, de forma a que o L123 passe a abranger as estações de Meleças, e criação de uma nova coroa para Sintra e áreas envolventes.
- **Ampliação do horário de funcionamento dos serviços nocturnos de transportes públicos**, nomeadamente de autocarros e comboios, garantindo ligação ao primeiro e ao último comboio da CP
- **Retorno dos comboios semidirectos para Lisboa.**
- **Reforço imediato do serviço de comboios, com a introdução de mais um comboio por hora com partida e chegada às estações de Sintra e Meleças**, sobretudo fora das horas de ponta e ao fim de semana.
- Estudo da criação de linhas de eléctricos rápidos nos principais aglomerados urbanos do município, de modo a garantir a ligação das diferentes zonas residenciais às estações de comboio.
- Introdução de radares e de outros mecanismos para contenção da velocidade em algumas das vias mais movimentadas do concelho;
- Melhoria das condições que garantem a mobilidade pedonal no concelho, com o reforço da sinalização e introdução de semáforos.

A aplicação das medidas apresentadas e o compromisso com a luta pela sua adopção pelo Governo, deve ser acompanhada pela elaboração de um plano de Municipal de Mobilidade, que a reflecta nas diversas vertentes, propondo soluções

que, a médio e longo prazo, contribuam para o um novo paradigma, baseado no direito à mobilidade e na sustentabilidade ambiental.

II. Sintra Social e Solidária

2.1 Sintra Social

Os sinais de pobreza e exclusão associados ao desemprego e aos baixos rendimentos que se intensificam no país, reflectem-se no concelho de Sintra de forma muito evidente e preocupante: dados de Junho de 2013 apontam para uma taxa de desemprego de 13,5%. Serão mais de 22 mil desempregados, 53% dos quais no grupo etário 35-54 anos, um valor que não engloba aqueles que não estão inscritos nos Centros de Emprego e quem já perdeu direito a subsídio de desemprego.

A incapacidade para pagar as prestações dos empréstimos aos bancos atinge centenas de famílias, facto que, a par com as rendas altas, põe em causa o direito à habitação de milhares de pessoas.

Os sinais de fome fazem-se sentir nas escolas e no aumento dos pedidos feitos às instituições que fazem distribuição de alimentos. A este dado junta-se o facto de 7,5% da população ser beneficiária do Rendimento Social de Inserção, sendo que muitas destas pessoas usufruem desta prestação social como forma de esticar os seus magros salários e assim evitar cair na absoluta pobreza.

As instituições com trabalho social no terreno referem um aumento da procura de ajuda e uma diminuição na procura dos serviços que requerem pagamentos, mesmo que simbólicos, por parte dos utentes.

Estes são os sinais incontornáveis da crise.

É prioridade do Bloco a resposta aos problemas sociais, e à agudização das dificuldades sentidas pelas pessoas. A autarquia deve desempenhar um papel liderante na articulação das respostas dadas pelos seus serviços, redes sociais das freguesias, Organizações Não Governamentais e Instituições Particulares de Solidariedade Social, de modo a potenciar os recursos existentes e a fim de criar equipamentos e serviços de proximidade, que

deverão também intervir de forma preventiva sobre a pobreza, o abandono escolar, as exclusões, as discriminações, a solidão ou a violência urbana

Á autarquia cabe adoptar medidas que visem a promoção de políticas de proximidade que supram necessidades e injustiças, que promovam a integração e os direitos das diferentes comunidades e que abram oportunidades iguais para os cidadãos e cidadãs.

Assim, o Bloco de Esquerda defenderá:

- Criação de um **gabinete de acompanhamento da crise**, que articule serviços camarários, redes sociais das freguesias, associações e instituições com trabalho no município.
- **Política de habitação** que combata os efeitos nefastos das novas leis do arrendamento e do IMI e que aposte na **reabilitação como motor para a requalificação do espaço urbano e combate ao desemprego**.
- Medidas fiscais de apoio à economia local e das famílias, tais como a **redução do IMI ou de outras taxas e licenças pela autarquia**.
- Reforço das **iniciativas que, no município, estão a fornecer refeições** às vítimas de pobreza extrema.
- Criação de uma **rede de “lojas sociais”** que recolham roupas, mobílias e electrodomésticos e os distribuam às famílias carenciadas.
- Criação de **centros de acolhimento temporário** para cidadãos vítimas de pobreza extrema que se encontrem sem possibilidade temporária de alojamento, sem abrigo e imigrantes, **acompanhados de programas para a respectiva reinserção social**.
- **Rede pública de amas, creches, jardins-de-infância, ATLS, lares, e centros de dia e apoio domiciliário a idosos** que dê resposta às necessidades da população e que crie postos de trabalho.
- **Apoio à integração dos deficientes no mundo laboral e combate às barreiras arquitectónicas**

- **Criação de um gabinete de apoio às Associações e ONG**, permitindo-lhes acesso a serviços especializados (juristas, Psicólogos) bem como de um programa de ajudas técnicas.
- **Apoio a medidas de criação de emprego**, nomeadamente a iniciativas no campo da Solidariedade Social.

O Bloco de Esquerda irá também exigir do governo um novo programa de habitação social que responda à nova realidade do Concelho e do país.

2.2 Sintra de todas as cores

A comunidade imigrante de Sintra constitui um potencial de cultura e diversidade que o município deve estimular, através de políticas de integração que enriqueçam a cultura local e a comunidade.

Nesta importante comunidade, existe um apreciável número de homens e mulheres que, por não possuírem os documentos que lhes permitam o acesso aos direitos de cidadania, se encontram numa situação que põe em causa a sua dignidade e os deixa à mercê do crime organizado e de patrões sem escrúpulos.

O Bloco de Esquerda considera que uma política séria de integração só se faz com uma política de direitos iguais para todos os cidadãos e cidadãs, pelo que defende a regularização de todos e todas como um direito básico e inalienável.

À diversidade cultural da comunidade imigrante, o Bloco de Esquerda reconhece uma mais-valia para Sintra e para o país, propondo medidas fomentadoras da integração e cidadania. Assim, e a par de outras medidas já apontadas, defenderá:

- Pôr em funcionamento o **Conselho Municipal de Imigrantes e Minorias Étnicas**, proposta apresentada pelo BE e aprovada pela Assembleia Municipal em 2008 e que continua por implementar. O Conselho é um órgão consultivo da CMS que será ouvido sobre todos os assuntos que digam respeito aos imigrantes e minorias étnicas, nomeadamente educação, habitação, assuntos sociais, cultura e regularização.

- A criação de uma **rede de mediadores sócio-culturais**, originários das várias nacionalidades e etnias que vivem no concelho, que trabalhem na ligação entre estas comunidades e a sociedade de acolhimento, nas escolas, nos bairros sociais, nas lojas municipais do cidadão (a criar) e nos locais de pertinência conhecida.
- Um **programa de ensino gratuito da língua portuguesa** aos e às imigrantes.
- Um programa de **ensino de línguas estrangeiras**, fazendo uso dos recursos humanos especializados existentes nas comunidades imigrantes.

2.3 Trabalho com direitos

A grande dimensão humana do município, a indústria transformadora, os serviços, o turismo ou a construção civil, fazem de Sintra um lugar de trabalho, de trabalhadores e de trabalhadoras, também sujeitos à desregulação dos mercados, à arbitrariedade e ganância do patronato, à exploração da mão-de-obra ilegal e à precariedade contratual.

A autarquia de Sintra está entre os maiores empregadores do concelho, circunstância que lhe confere uma maior responsabilidade na defesa dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras.

O Bloco de Esquerda considera o trabalho com direitos inerente à dignidade de cada ser humano, cabendo ao município e a cada um dos e das autarcas a defesa destes valores. Num município solidário não pode haver espaço para a exploração e para a precariedade laboral.

Assim, os eleitos e eleitas do Bloco de Esquerda comprometem-se

- A **dar particular atenção às relações laborais existentes no concelho**, procurando dialogar, auscultar e agir em convergência com os trabalhadores e trabalhadoras e suas organizações.
- A **exigir do governo e do município a fiscalização e o cumprimento eficaz e eficiente das condições de trabalho**.
- Com a **defesa de leis laborais mais justas para os trabalhadores e trabalhadoras**, no sentido do combate à precariedade e à exploração.
- Com a **luta pela atribuição de subsídio de desemprego** para todos aqueles e todas aquelas que não têm trabalho.

- Com a **exigência da aplicação das leis laborais em vigor, tendo sempre como horizonte a defesa dos trabalhadores e trabalhadoras** contra a exploração e a arbitrariedade patronal.
- Com a **defesa dos trabalhadores e trabalhadoras das autarquias**, posicionando-se ao seu lado contra os despedimentos que se anunciam para a Função Pública e para as Autarquias, na luta por direitos justos e auscultando a sua opinião, bem como das suas organizações representativas, aquando da aplicação das medidas propostas.
- Com a exigência da **criação de um Centro de Emprego que sirva a população das cidades de Aqualva -Cacém e Queluz.**

As propostas inscritas neste programa seguem uma lógica de reforço da autarquia enquanto dinamizador e actor de políticas sociais e de reabilitação urbana, bem como potenciadora dos recursos locais. Ao serem adoptadas, tais medidas irão contribuir para a dinamização do mercado laboral e para a criação de oportunidades para o seu desenvolvimento.

2.4 Educação: por uma escola democrática, de e para todos e todas

O município de Sintra, apresenta uma percentagem bastante elevada de crianças e jovens em idade escolar.

A autarquia deve ser liderante na promoção e dignificação do ensino público de qualidade e no combate ao insucesso e abandono escolares, contribuindo assim para a prevenção das situações de risco que podem conduzir à delinquência e exclusão social.

A educação é, além do mais, decisiva na luta pela coesão social e contra a injustiça da desigualdade que é indicada, por numerosos especialistas como sendo um dos principais factores de inibição do crescimento económico dos territórios, acabando por produzir o retrocesso civilizacional e o regresso ao subdesenvolvimento. O futuro do nosso concelho irá, por isso, depender da qualidade do seu desempenho na redução da desigualdade social.

Com o mesmo sentido de responsabilidade e visão de futuro que sempre nos caracterizou, o Bloco de Esquerda continuará a luta iniciada em 2008 contra a

Municipalização da Educação e o recurso aos “ Contratos de Autonomia” no concelho de Sintra.

Ao esvaziar o Ministério da Educação das suas responsabilidades políticas, afastam-se cada vez mais os cidadãos, enfraquecendo o escrutínio democrático e a própria qualidade da democracia, em favor de uma gestão privada, alegadamente “mais poupada”.

Como afirma a sabedoria popular: **o barato sai caro!** e a democracia é o único investimento estrutural, que até hoje, conseguiu oferecer as garantias que asseguraram a existência de uma sociedade decente.

Assim, lutaremos pela abertura de um processo de discussão e actualização da Carta Educativa do Concelho de Sintra, de forma a clarificar o projecto educativo que a autarquia terá de implementar no futuro, de forma a adequá-la aos desafios que se nos apresentam no concelho.

Como contribuição positiva para esse debate em Sintra, o Bloco de Esquerda apresenta as seguintes propostas:

- a) Reforçar a participação e influência dos Pais e Encarregados de Educação em todos os órgãos das comunidades educativas, através da sua reintegração nos Conselhos Pedagógicos e Unidades Locais de Gestão Pedagógica, e do reforço dos instrumentos legais, logísticos e de financiamento à disposição das APEE’S.
- b) Propomos em particular, que seja expressamente autorizada, a participação dos pais no preenchimento dos relatórios de controlo de qualidade das refeições servidas às crianças e jovens, bem como o uso do Livro de Reclamações nos refeitórios de todas as escolas do concelho.
- c) Revisão do Regulamento Municipal do programa “À descoberta dos tempos livres” - Componente de Apoio à Família - Ensino Básico e Pré-Escolar, em particular do modelo de gestão e financiamento das ATL’S geridas pelas Associações de Pais com a introdução da gratuidade do Seguro Escolar. As APEE’S devem continuar como estruturas verdadeiramente autónomas em todas e cada uma das escolas do concelho.

- d) Assegurar um lugar de destaque à Educação Cívica e à transmissão dos valores da Democracia, através de enquadramento adequado nas Actividades de Enriquecimento Curricular.
- e) Aprofundar os programas escolares de integração das crianças e jovens imigrantes, promovendo a riqueza da diversidade cultural no concelho de Sintra.
- f) Requalificação das Associações de Estudantes do Ensino Secundário e reintrodução dos hábitos de debate no espaço escolar, informando os alunos e alunas da importância do seu papel ativo na construção de uma escola Democrática e Universal.
- g) Aprofundamento do Programa de Educação Para Adultos e a criação, no âmbito do Plano de Acção Social Escolar, de novos pólos de Educação ao Longo da Vida.

Condições Materiais

- a) Alargamento da rede pré-escolar a todas as escolas EB1 do concelho, e revisão por parte da Direcção Regional de Educação de Lisboa das áreas abrangidas pelas escolas do concelho de Sintra, de forma a potenciar toda a oferta pública existente no concelho, sendo que se espera um aumento da procura, devido sobretudo ao recente empobrecimento da população.
- b) No âmbito do Plano de Acção Social Escolar, propomos alimentação gratuita para todos (incluindo pequeno almoço, almoço e lanche) pelo menos no 1º ciclo, como resposta à disseminação crescente da fome nas escolas do concelho
- c) O reforço do papel da autarquia na oferta de transporte escolar (incluindo o serviço nocturno para o ensino secundário) e no fornecimento gratuito dos manuais escolares.
- d) c) Exigiremos também substituição urgente de todos os materiais passíveis de actividade cancerígena (telhas em fibrocimento e outros revestimentos com uso de amianto) e que ainda não obteve a resolução devida no nosso concelho. Estaremos por isso, ao lado dos pais também nesta luta.

Condições Estruturais:

- a) No âmbito das competências do Conselho Municipal de Educação, propomos reforçar os programas e acções de formação e segurança nas escolas, através da criação de um Plano de Prevenção e Emergência, a elaborar pelo Serviço Municipal de Protecção Civil e Bombeiros.

- b) Criar condições para a aproximação entre autores (Ministério de Educação) e actores (pais/funcionários/professores/directores) educativos, procurando criar novos laços e pontos de comunicação, reforçando a rede social de acção educativa no concelho, através da criação do - **Fórum Sintra da Educação** – em colaboração com os órgãos de comunicação social do concelho e onde toda a comunidade será ouvida e respeitada, dando especial atenção aos pais (como primeiros e principais educadores) e alunos, mas também aos avós e demais idosos e reformados, individuais ou associados, agentes culturais e desportivos, e restante sociedade civil, sempre tendo presente que: “É precisa uma comunidade inteira, para educar cada criança”.
- c) No mesmo sentido, produzir um **organograma da educação**, acessível pelo portal da Câmara Municipal de Sintra, Divisão de Educação, com acesso livre e consulta intuitiva e atraente, sempre disponível e actualizado, de modo a facilitar o conhecimento, aproximação e confiança dos cidadãos.
- d) Promover a transparência e combater a corrupção, através da estreita colaboração com a **auditoria de iniciativa cidadã às contas da educação no concelho de Sintra**, e continuando atentos e prontos a denunciar qualquer tentativa de cartelização que possa ocorrer nomeadamente no que diz respeito ao fornecimento de refeições nas escolas do concelho. Na nossa opinião uma parte significativa das parcerias e intermediários apenas dificulta a execução orçamental sem apresentar melhorias na oferta pública de educação.

Unir esforços contra a desarticulação da escola pública

O Bloco de Esquerda recusará a elitização do Sistema de Ensino Público.

A escola não é nem pode vir a transformar-se, numa “fábrica”, onde se produzirá mão-de-obra barata para resolver as necessidades daqueles que controlam a economia.

A escola é a casa onde se aprende a crescer, onde se cuida do desenvolvimento da pessoa humana, do seu espírito crítico e autonomia emocional e intelectual.

Mantemos a convicção de que, a concentração de agrupamentos de escolas é um erro desastroso que todos teremos de pagar com enormes perdas de eficiência na prestação do serviço público de educação. As ínfimas poupanças com pessoal administrativo, e

uma suposta melhoria na verticalização da coordenação pedagógica ao longo dos vários ciclos da escolaridade obrigatória, são uma gota de água no oceano destas novas dificuldades, desastrosamente produzidas pela concentração de Agrupamentos.

Recusamos também a entrega da contratação de professores às autarquias ou (no caso das Actividades de Enriquecimento Curricular (AECs) a estruturas que não possam garantir estabilidade, segurança e trabalho com direitos, contribuindo assim para o alastrar da precariedade que agora nos assola com tanta violência. Os profissionais de educação, sem vínculo ao Ministério de Educação, têm vindo a ser transformados em simples vendedores de aulas sem estatuto e, por isso, sem qualquer envolvimento ou interesse na excelência do Sistema de Ensino Público.

2.5 Saúde

O crescimento demográfico do concelho não foi acompanhado pelo aumento de meios do Serviço Nacional de Saúde. A qualidade de vida de uma população avalia-se em grande parte pela qualidade dos serviços de saúde que tem ao seu dispor e a falta de resposta em termos humanos e de infra-estrutura com que a população de Sintra se confronta é muito preocupante.

Apesar da abertura recente de novas unidades de saúde familiar e novos centros de saúde, a carência de equipamentos é ainda uma realidade. Sem condições físicas e humanas, os cuidados primários correm o risco de perder identidade, deixando de ser promotores de saúde para se tornarem em antecâmaras de hospital, onde só se trata a doença.

A nível dos serviços hospitalares e de continuidade a situação também não é nada famosa: Sintra continua a aguardar a construção de um muito prometido hospital, não existindo no município unidades de cuidados continuados ou paliativos que respondam às necessidades.

O Bloco de Esquerda foi um feroz opositor da gestão privada do Hospital Fernando da Fonseca, denunciando má gestão e práticas de selecção adversa, bem como a tentativa da autarquia apoiar a continuidade desta gestão, através da compra de 5% do capital social da empresa gestora.

Ao longo dos últimos anos, o Bloco de Esquerda de Sintra tem vindo a empenhar-se na defesa do Serviço Nacional de Saúde público, universal e gratuito, propondo a construção de novas unidades no Concelho, o alargamento dos serviços existentes e exigindo do poder central e local respostas para as situações de carência.

Na continuidade desta luta, os eleitos e eleitas do Bloco de Esquerda defenderão:

- **O aumento do número de vagas nos quadros dos serviços** que prestam cuidados de saúde primários;
- **A abertura de novas unidades nas zonas mais carenciadas ou de deficiente resposta** (Belas, Casal de Cambra, Agualva, Rinchoa, Albarraque, Algueirão-Mem Martins, Sintra e Colares) e **manutenção das extensões ameaçadas de encerramento**;
- **Ampliação da rede de Centros de Planeamento Familiar** e consultas de informação sobre doenças sexualmente transmissíveis
- **A criação e implementação de planos municipais de saúde oral, oftalmológica e de combate à obesidade infantil.**
- **A construção do novo hospital de Sintra**, que deverá ser dimensionado tendo em conta a articulação de recursos existentes no novo hospital de Cascais e no Fernando da Fonseca,
- Instalação no município de **clínicas de cuidados continuados e paliativos**, que deverão ter uma gestão pública e participada pelas populações.

2.5.1 Prevenção das dependências

A protecção da saúde pública deve ser o objectivo principal das políticas de prevenção das dependências (álcool, drogas ilícitas, e tabaco) e a distribuição de competências com a correspondente descentralização das acções de prevenção pelos organismos públicos competentes é o caminho mais adequado para se alcançarem resultados positivos num domínio tão complexo como este. As autarquias locais têm, aqui, um papel decisivo.

A exemplo do que sucede em muitos outros concelhos, também em Sintra existem problemas de saúde pública relacionados com consumos de produtos psicoactivos, que carecem de respostas específicas e que podem e devem ser lideradas pela autarquia.

O Bloco de Esquerda defende para o concelho de Sintra:

- Intervenção nos espaços públicos onde o consumo de drogas constitua um problema social;
- Alargamento do leque de intervenção do trabalho de rua, com o objectivo de atingir os utilizadores de novas substâncias que se têm disseminado entre os jovens, como as drogas de síntese, entre outras;
- A importância do primeiro contacto com os grupos a atingir no exterior, nos seus meios habituais – rua, locais de encontro ou espaços de lazer, como bares e discotecas;
- Implementação das equipas de rua para minimizar os efeitos do uso de drogas ilícitas através da redução dos riscos provocados pelos consumidores a si próprios e à envolvente social.
- Admissão na autarquia de cidadãos com problemas de toxicod dependência, em processo de reinserção sócio-profissional;

Em relação ao *meio laboral*, os problemas ligados ao consumo de drogas e álcool representam, também, um importante problema de saúde pública.

Os usos e abusos de substâncias tóxicas no meio laboral (álcool, tabaco e drogas ilícitas) devem ser uma preocupação para a Câmara Municipal de Sintra, devendo adoptar boas práticas em relação aos seus próprios trabalhadores, no contexto da sua política de higiene e segurança no trabalho.

Deve, ainda, sensibilizar a comunidade empresarial local para a necessidade da realização de um diagnóstico que permita planear e coordenar as iniciativas indispensáveis ao combate deste problema, que é responsável por uma maior exposição dos trabalhadores aos acidentes de trabalho.

Também neste âmbito, o Bloco de Esquerda defende a promoção de iniciativas estratégicas que contemplem o indivíduo, o ambiente de trabalho, o tratamento e a sua reinserção.

2.6 Segurança – um direito de cidadania

As questões ligadas às políticas de segurança são complexas e exigem conhecimento, clareza na análise e responsabilidade nas propostas. Sem estas exigências mínimas,

demagogia e populismo tendem a ocupar o espaço público, como acontece com alguma frequência com as intervenções policiais em bairros considerados problemáticos, acompanhadas por câmaras de televisão, e complementadas por um discurso securitário por parte do poder. Para o Bloco de Esquerda, a questão de fundo reside na forma como respondemos ao conflito entre a insegurança e o direito à cidade.

Sabemos que os factores de insegurança no espaço urbano são variados e de intensidade diferente.

A existência de situações de desemprego de longa duração, baixa qualificação profissional, em particular nos estratos mais jovens que abandonaram precocemente o sistema de ensino e a discriminação étnica são o pano de fundo ideal para a consolidação de uma identidade de precariedade estrutural.

É neste ambiente que se desenvolvem as várias modalidades anti-sociais, nas quais se incluem as autodestrutivas (consumo de drogas e álcool), alimentadas por assaltos e roubos, num contacto crescente com o crime organizado.

O tráfico de drogas e armas é um factor relevante no incremento da violência urbana a que temos assistido e os modelos de habitação social adoptados têm contribuído significativamente para o florescimento de autênticos territórios de marginalidade. As populações mais desfavorecidas são, nestas circunstâncias, as principais vítimas deste “poder” paralelo.

O Bloco de Esquerda entende que a criminalidade deve ser punida com eficácia e em tempo útil, em nome do direito à cidadania plena. Toda a criminalidade. A responsabilidade da segurança policial é da Administração Interna, ou seja, do Governo, e assim deve continuar.

Mas não nos equivoquemos: não existem efectivos policiais para garantir a segurança de cada cidadão, nem tal seria compatível com um Estado democrático. O combate mais eficaz à insegurança é o que aposta num vasto leque de acções de prevenção, devidamente estruturadas, e para cujo êxito a autarquia têm um papel determinante.

Também neste domínio há escolhas a fazer e o Bloco de Esquerda defende:

- **Prioridade à requalificação urbana** das zonas mais desqualificadas do concelho, com incremento das funções económicas locais, **determinante na valorização da coesão social**;
- **Escolas abertas aos fins-de-semana**: dissuadem o vandalismo no espaço em que se integram e contribuem para preservar os valores sociais, culturais e identitários das comunidades locais;
- Investimento em **equipamentos e infraestruturas públicas de natureza desportiva**
- Melhoramento da **iluminação pública, passeios livres de carros**, manutenção do mobiliário urbano e limpeza das vias públicas;
- Integração entre políticas urbanas e políticas de segurança pública;
- **Policimento de proximidade**, em particular nas zonas de risco, privilegiando as intervenções de dissuasão e de prevenção;
- Incremento do programa Escola Segura em todo o concelho;
- Acções de **informação e sensibilização** dirigidas aos estratos da população mais idosa;
- Programas que tragam a **cultura e o desporto para a rua**;
- Sempre que se justifique, criação de **comissões de acompanhamento das questões relativas à segurança**, compostas por representantes da população, de organizações sociais (IPSSs e ONGs)
- Fórum temático concelhio sobre a segurança;

2.7 Direitos dos animais

O bem-estar animal entrou na ordem do dia. E é normal que assim seja, já que os animais domésticos e os que vivem livremente nos espaços naturais têm de ser tratados com dignidade, podendo a autarquia dar um contributo decisivo para que assim seja.

O Município de Sintra adoptou um regulamento de animais que, em muitos aspectos, foi pioneiro no nosso país e que deu contributo significativo para melhorar o tratamento dos animais. Apesar das melhorias, o regulamento foi por diversas vezes atropelado pelo Executivo de Seara e Marco Almeida, que deu autorização e apoio à realização de iniciativas que implicaram o sofrimento animal.

O Bloco de Esquerda contribuiu para a elaboração deste regulamento, assumindo o compromisso, que mantém, de mobilizar esforços para que este seja levado à prática.

O Bloco compromete-se ainda com as seguintes medidas:

- **Reforço dos meios do Gabinete Médico Veterinário Municipal**, permitindo uma maior capacidade de intervenção no concelho e melhorar a resposta ao público.
- Desenvolver parcerias para **facilitar o acesso pelos Municípios a sessões de treino e educação de cães**, nomeadamente das raças consideradas perigosas.
- Reforço das campanhas de sensibilização para a defesa dos direitos dos animais.

III. Desporto, cultura e turismo

3.1 Desporto: a paisagem saudável

Sintra é uma terra de desporto e uma terra de campeões e campeãs. Do atletismo às artes marciais, passando pelo ciclismo, pelo hóquei e por tantas outras modalidades amadoras, é grande o número de atletas que, vivendo e treinando nos clubes do município, alcançam sucesso no país e no mundo.

No entanto, faltam equipamentos desportivos e os existentes não são de acesso fácil a cidadãos e cidadãs. Por outro lado, os apoios concedidos aos clubes e instituições desportivas não obedecem a uma lógica clara, nem se verifica uma distribuição equitativa dos recursos disponíveis.

Por oposição a uma visão elitista do desporto, que privilegia os grandes eventos, defendemos o apoio ao esforço dos pequenos clubes e associações com trabalho meritório, no sentido de potenciar a prática saudável do desporto como veículo de promoção de igualdade e combate à exclusão social

Os eleitos e as eleitas do Bloco de Esquerda comprometem-se com:

- Dinamização do **Conselho Municipal de Desporto**, órgão destinado à promoção e divulgação das actividades desportivas do município, promovendo a articulação de agentes desportivos, serviços camarários e órgãos autárquicos.
- Criação do **Gabinete Municipal de Apoio aos Atletas de Alta Competição**, que promova o apoio económico para a competição no exterior, o acompanhamento

escolar dos e das jovens atletas e faça a mediação com as entidades patronais dos atletas trabalhadores.

- **Alargamento do uso das instalações desportivas escolares** para uso das populações fora do horário de funcionamento das escolas.
- Apoio aos agentes desportivos no âmbito de **contratos-programa transparentes**, plurianuais, estabelecidos com base em objectivos claros, avaliados anualmente e sempre que se discuta o seu prolongamento.
- **Fomentar a integração dos deficientes pelo desporto.**

3.2 Cultura: Dar mais vida ao Município

Sintra procura afirmar-se como pólo cultural de excelência na Área Metropolitana de Lisboa e no país, nomeadamente através da promoção do património classificado pela UNESCO, da realização de iniciativas com projecção mediática e da consolidação do Centro Cultural Olga de Cadaval como sala de espectáculos de referência.

No entanto, continua a existir um desequilíbrio no panorama cultural concelhio, pois a parte essencial da oferta concentra-se na Vila de Sintra e é destinada a um público com possibilidades económicas de nível médio alto.

Este é um Concelho de dinâmica cultural e associativa forte, mas de poucos incentivos à troca de experiências culturais, de pouca circulação da cultura que é produzida localmente. Embora se verifiquem alguns avanços neste campo, com a inclusão do teatro de produção local na programação do Sintra Festival, a verdade é que os agentes culturais locais ainda se sentem arredados do palco principal.

Sintra prova que os cidadãos e cidadãs guardam em si a melhor resposta ao cinzentismo que os poderes lhes propõem para a vida suburbana: são criadores e produtores de cultura, não se resignando. Apenas há que lhes dar o espaço e os meios para que dessas culturas se faça encontro. Um dos desafios culturais no nosso concelho é pois o da promoção do enraizamento, da ligação à terra onde se vive, de cruzamento e convívio de todas as suas culturas.

Há que investir mais em programas culturais democratizados, isto é, Sintra não pode passar de centro cultural de elites a centro comercial de culturas. Democracia e pluralidade de oferta devem ser os princípios orientadores da

política cultural da Câmara Municipal. Assim como a descentralização de equipamentos que permita o apoio eficaz à criação cultural e o acesso generalizado às diversas formas de cultura. Nesta perspectiva é essencial o envolvimento das escolas do concelho.

O Bloco de Esquerda defende que a desertificação das cidades e vilas, cheias de gente mas ausentes de vida, passa pela revitalização do espaço público, promovendo a sua ocupação e dinamização em prol da comunidade, da cultura e do lazer. Assim, iremos propor medidas como:

- Criação de um **Conselho Municipal de Cultura**, órgão consultivo da Câmara onde os agentes culturais tenham voz activa na definição da política cultural.
- Instituição de **contratos programa plurianuais para apoio à actividade cultural**, bem **como para gestão de espaços culturais e sua programação** pelos agentes culturais.
- Envolvimento dos agentes culturais na produção de eventos, responsabilizando os serviços camarários pelos apoios técnicos e de divulgação.
- **Simplificação dos regulamentos** de acesso aos fundos para a cultura, com clarificação de critérios para a sua atribuição.
- **Desburocratização dos regulamentos de licenciamento** de actividades.
- Definição de **critérios de apoio a actividades culturais de curta duração e ao associativismo informal** na área da cultura.
- **Dinamização da divulgação cultural e da procura de novos públicos.**
- Criação de condições para **apoio material e técnico aos agentes culturais** e a iniciativas esporádicas que possam surgir no concelho.
- Criar uma **carta de equipamentos culturais** do concelho e mecanismos para que estes possam estar ao dispor dos agentes culturais e da população.
- Dotar o concelho de uma **rede de equipamentos culturais de proximidade**, equipando as diversas freguesias com auditórios, casas da cultura, espaços para a juventude e espaços Internet.
- Criação de espaços de cultura, onde seja possível desenvolver actividades culturais a nível individual e associativo.
- Criação de um **passé cultural para os habitantes do concelho** poderem aceder gratuitamente ao património de Sintra.

- **Alargamento da rede de bibliotecas municipais** a todas as freguesias do Concelho e criação de uma rede de leitura municipal que articule os espaços municipais e escolares, os e as munícipes, professores e professoras, alunos e alunas.
- Abertura das **escolas fora do seu horário de funcionamento** (noite e fins de semana) para actividades desportivas, de lazer e culturais, agilizando a cedência destes espaços numa lógica de usufruto gratuito. Ganham-se equipamentos, provocam-se sinergias.
- Alargamento dos **horários dos equipamentos existentes** (nomeadamente Museus e Bibliotecas) promovendo a criação de horários nocturnos e a ampliação dos horários de funcionamento ao fim de semana.
- **Inclusão das comunidades imigrantes no panorama cultural concelhio**, para uma partilha de experiências e modos de vida que promova a integração e o respeito pela diferença.
- **Ampliação de iniciativas como os mercados temáticos, feiras e festas de rua**, promovendo a sua realização nas grandes cidades e nas vilas do concelho.
- Fim da Empresa Municipal e da Fundação da Câmara ligadas à cultura e passagem das suas funções para a esfera de um serviço municipalizado que faça a gestão e promoção destas actividades em parceria com os agentes culturais do município.

3.3. Turismo: transformar a vida defendendo paisagens

A paisagem e o património humano e edificado de Sintra são as suas maiores riquezas. Como tal, não têm preço e não devem ser reduzidas à mera lógica comercial. Sintra não pode ser encarada como uma simples marca que, como todas as marcas, se destina a ser consumida e vendida.

A uma prática de massificação, privatização e limitação do acesso pela imposição de altas taxas, é preciso responder com uma política que defenda o direito de acesso e usufruto da paisagem e património enquanto bem colectivo, aliando os interesses de quem habita o concelho com os de quem vive do turismo.

À Autarquia compete intervir para racionalizar uma oferta turística que assenta na sobre-exploração de alguns espaços em detrimento de outros, com potencial, e que não são aproveitados. Todas as zonas turísticas vivem sob a pressão do

lucro, pelo que se torna indispensável responder com medidas que promovam o turismo responsável e o eco-turismo.

Se o turismo é fundamental, a aposta não passará pela sobrelotação da vila de Sintra de turistas, enquanto se desprezam outras zonas de interesse ou se edificam hotéis de luxo e campos de golfe apenas para uma determinada classe de visitantes.

Também por isso, mas sobretudo pelo seu valor intrínseco, há que dinamizar a Sintra que está fora do roteiro. Para alterar os dados de uma equação em que de um lado temos a Sintra turística, que não é vivida, apenas visitada, e do outro a Sintra habitada pela maioria da população do concelho, na base da degradação do ambiente e do desconhecimento do património.

Nas zonas rurais, onde a descaracterização é uma ameaça constante, a criação de uma oferta turística baseada no eco-turismo e no turismo rural é um dos caminhos que permite aproveitar os espaços naturais das quintas e aldeias e os recursos existentes, potenciá-los, e ao mesmo tempo preservar o ambiente.

À aposta estratégica no turismo de massas em prol do lucro, contrapomos a aposta necessária nas pessoas, as que cá vivem e as que nos vêm visitar. O turismo de qualidade só pode crescer onde exista vida com qualidade e onde as populações sintam que é seu o que têm para dar. Este novo conceito de turismo em Sintra, passa pela aposta no turismo ambientalmente esclarecido e no turismo cultural através da:

- Criação de um **observatório turístico-ambiental** para promover eco-turismo e estudar a influência do turismo no meio ambiente, suas formas de sustentabilidade económica e ambiental etc.
- Dinamização de **rotas turísticas alternativas**, que ponham em evidência o património natural e edificado, bem como a gastronomia, das diversas localidades do município
- Dinamização de **iniciativas culturais e gastronómicas** que promovam o concelho, integrando as comunidades imigrantes, os novos e novas habitantes de Sintra.
- Promoção e desenvolvimento de programas de **turismo jovem**, com actividades pensadas para os e as jovens do concelho bem como de **programas de intercâmbio**.
- Promoção do **turismo sénior** no interior do concelho.

- **Protecção da faixa litoral e das dunas e reforço da oferta de equipamentos de apoio às praias.**
- **Promoção do eco-turismo e do turismo rural**, com a criação de programas de recuperação e de intervenção ambiental em conjugação com as associações locais.
- **Defesa e divulgação do artesanato** e dos produtos tradicionais (a estudar em conjugação com Mafra a criação e promoção da marca tradicional saloia e dos produtos regionais).
- **Abertura de um parque de campismo municipal nas imediações** da vila, para acolhimento de turistas que estejam de passagem por Sintra, e **municipalização do parque de campismo da Praia Grande**, equipamento único na zona da orla costeira que se encontra ao abandono.

Embora o Turismo não se restrinja à Vila de Sintra, o facto deste local ser um dos principais destinos turísticos do nosso país obriga a uma reflexão particular.

A aplicação à Vila de Sintra das medidas deste programa que se referem à requalificação e à ocupação dos centros urbanos é fundamental para garantir que o negócio não acabará por se sobrepor à vida quotidiana.

O Bloco defende ainda a aplicação das seguintes medidas:

- **Reabilitação das unidades hoteleiras degradadas;**
- Apoio ao **desenvolvimento do turismo de habitação;**
- **Restrição da circulação automóvel no casco histórico e na serra de Sintra**, apostando na criação de estacionamento periférico e de ligações por transporte colectivo não poluente à zona monumental;
- Criação de uma **rede de bicicletas de utilização gratuita;**
- **Alargamento do horário de funcionamento dos principais monumentos e museus** e dinamização de medidas para a sua animação e procura de novos públicos;
- **Dinamização de feiras e mercados no largo do Palácio da Vila;**
- Instalação de **quiosques e esplanadas na Volta do Duche, Parque da Liberdade e Largo do Palácio;**

- Reabilitação dos sanitários públicos existentes;

O Bloco de Esquerda continuará a opor-se à privatização e delapidação do património que está a ser conduzida pela Parques de Sintra Monte da Lua SA, empresa que, além de afastar os e as Sintrenses do seu património natural e edificado, impõe um regime de tarifas impossível à generalidade das pessoas, ao mesmo tempo que promove o aumento da pressão automóvel e turística na Serra de Sintra.

IV. Participação e Transparência

4.1 Sintra pelas nossas mãos

A acção política dominante, por opção, tende a afastar cada vez mais os cidadãos e cidadãs das decisões que sobre eles recaem, favorecendo assim práticas e situações menos transparentes na gestão do interesse público.

Sintra não é excepção. Este afastamento, fruto dos interesses instalados, é ainda potenciado por uma burocracia morosa e por uma deficiente resposta dos serviços camarários.

O Bloco de Esquerda considera que os órgãos autárquicos – Câmara, Assembleias, Juntas – não podem continuar a ser entidades distantes e opacas. A candidatura do Bloco valoriza todas as questões que dizem respeito à participação cidadã e à transparência dos processos de decisão.

Ao enquistamento da política, respondemos com a participação dos e das sintrenses, decisiva para a aplicação de um modelo alternativo, baseado no desenvolvimento sustentável que requalifique o concelho, aproveitando o seu enorme potencial humano.

No espírito da Agenda 21 Local, aprovada pela ONU na cimeira do Rio e subscrita pelo Estado português, o Bloco de Esquerda defenderá a criação de mecanismos de participação como

- Orçamento participativo nas freguesias e no Município em pelo menos 10% do investimento.
- Fóruns de Freguesia.

- Fóruns de cidade.
- Fórum concelhio.
- Fóruns temáticos.

Estes fóruns são constituídos pelas forças vivas da comunidade (todos aqueles e aquelas que quiserem participar, nomeadamente cidadãos, órgãos e técnicos autárquicos, ONGs, associações diversas) deverão reunir para fazer o diagnóstico de necessidades, o plano para os resolver e estruturar todo o processo de aplicação e correcção do mesmo.

4.2 Contra os interesses instalados, mais transparência

A autarquia de Sintra foi sempre objecto de grandes pressões pelos interesses de alguns construtores civis, sendo inúmeros os casos que mostram um funcionamento menos correcto dos serviços de planificação e de fiscalização do município, pondo em causa a importância do serviço publico bem como o bom nome da instituição e dos seus funcionários.

De facto, o aparecimento de urbanizações em zonas protegidas, a existência de um Estaleiro da empresa Pimenta e Rendeiro em Colaride, com uma autorização da CCDR que viola o Plano Director Municipal, a ampliação ilegal da Fábrica Galucho, as descargas ilegais na serra da Carregueira ou nos leitos de cheia levam a crer que algo está errado e que são precisas medidas urgentes para clarificar e reordenar o funcionamento dos departamentos municipais que deveriam ter a responsabilidade de evitar este tipo de situações.

Por outro lado, a burocracia dos processos, a morosidade das respostas e o facto de grande parte dos serviços camarários funcionar apenas em horário de expediente, dificulta o acesso dos e das munícipes às instituições, favorecendo situações de menor transparência e o divórcio com as populações.

Por pressão e proposta do Bloco de Esquerda, foram dados passos para facilitar o acesso a documentos administrativos e para uma maior divulgação de informação por parte da Câmara. No entanto, há ainda muito por fazer para tornar os processos expeditos, devendo a Câmara de Sintra adoptar uma atitude que a torne mais transparente e acessível

Nesse sentido, o Bloco de Esquerda propõe medidas como

- Criação do **Provedor do Município**, projecto que se encontra bloqueado na câmara desde 2002.
- **Alargamento dos horários de atendimento ao público** por parte dos serviços camarários.
- **A publicação das actas das sessões de Câmara e Assembleia Municipal**, dos Planos de Urbanização e Pormenor e dos Regulamentos e de toda a documentação relativa aos projectos de loteamento ou urbanização no site da Câmara de Sintra, assim como os projectos sujeitos a consulta pública (e não apenas os editais).
- **Reforço do sistema de atendimento on-line.**
- **Criar mecanismos de controle interno que garantam que quem questiona a Câmara obtém respostas conclusivas e em tempo útil.**

4.3 Empresas Municipais ou a privatização dos dinheiros públicos

A constituição de Empresas Municipais, com o acordo explícito do PS, CDU, PSD e CDS revelou-se uma opção desastrosa para os interesses dos munícipes e finanças da autarquia. O Bloco de Esquerda desde 2001 que vem pugnando por uma solução estratégica para o futuro das Empresas Municipais, assunto que o Executivo de Seara e Marco Almeida sempre procuraram evitar.

Reafirmando mais uma vez que a constituição de empresas municipais sonega ao escrutínio dos eleitores e eleitoras o desempenho dos seus eleitos, dando cobertura à criação de cargos de confiança e influência política à margem do controle democrático, o Bloco de Esquerda propôs na Assembleia da República a alteração do quadro legal das Empresas Municipais. A recusa desta proposta foi reveladora da justeza da crítica feita.

Ao longo dos últimos três mandatos, o Bloco de Esquerda tem-se batido pela realização de uma discussão. Ao mesmo tempo que recusavam esta proposta, as sucessivas maiorias foram aprovando alterações circunstanciais aos estatutos das Empresas Municipais, que continuam sem apresentar sinais de sanidade financeira.

A privatização de parte do Capital social da Empresa Pública de Estacionamento de Sintra (EPMES) - aprovada em 2007 pela direita e pelo PS e questionada em 2009 pelo

Tribunal de Contas - pôs a nu a agenda escondida por detrás da criação das Empresas Municipais: a entrega ao capital privado dos bens e recursos que são de todos, transformando serviços em negócio.

Ao mesmo tempo que servem de porto de abrigo para dirigentes dos diferentes partidos com responsabilidades na autarquia, as Empresas Municipais têm sido acusadas de promover a precariedade laboral de alguns dos funcionários que para elas exercem funções estruturantes.

Considerando o historial das empresas Municipais de Sintra e o risco da sua privatização, o Bloco de Esquerda, em nome do princípio da transparência e da prevalência do interesse público sobre o privado defenderá:

- Maior controlo pela Assembleia Municipal das contas e do funcionamento da nova Empresa Municipal
- Trabalho com direito para todos os funcionários e funcionárias da nova Empresa Municipal, prevenindo a perda de direitos.
- Responsabilização dos dirigentes das empresas até agora existentes por actos de má gestão e gastos com prejuízo para o erário público e o apuramento de responsabilidades na gestão danosa das mesmas.
- **A longo prazo, visa-se a Criação de Serviços Municipalizados** que concentrem as funções actualmente detidas pelas empresas municipais e pelos serviços de cultura, evitando-se desta forma o dispersar de recursos pelos diversos departamentos camarários, sem perda de postos de trabalho.

Candidat@s do Bloco no Concelho de Sintra

Câmara Municipal

Luís Fazenda, 55 anos, Professor

André Beja, 35 anos, Enfermeiro

Isabel Duarte, 57 anos, Professora

Fernando Figueira, 63 anos, Operário aposentado

Rosa Pereira, 63 anos, Administrativa Aposentada

André Pereira, 27 anos, Estudante

Flora Silva, 55 anos, Animadora Sociocultural

Manuel Maneira, 65 anos, Investigador

Carla Henriques, 42, Antropóloga

Dinis Evangelista, 62 anos, Aposentado

Ilidia Pinheiro, 47 anos, Professora

Assembleia Municipal

João Silva, 63 anos, Professor

Helena Carmo, 55 anos, Funcionária Associativa

Jorge Silva, 55 anos, Litógrafo

Filipa Gonçalves, 26 anos, Socióloga

Vítor Ferreira, 55 anos, Advogado

Maria Guedes, 19 anos, Estudante

Freguesias

Agualva e Mira Sintra : Teodósio Alcobia, 54, Electricista

Algueirão Mem Martins: Valdemar Reis, 57 anos, Sociólogo

Almargem Bispo/Pêro Pinheiro/Montelavar: Fábio Martins, 27 anos, Professor

Cacém e S. Marcos: Vítor Ferreira, 55 anos, Advogado

Massamá e Monte Abraão: Rui Melo, 42 anos, Bancário

Queluz e Belas: Paulo Mourão, 57 anos, Engenheiro

Rio de Mouro: Jorge Silva, 55 anos, Litógrafo

Sintra: André Beja, 35 anos, Enfermeiro